

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.543 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2002

Arrecadação do PIS/Pasep e Cofins

A minirreforma tributária, contida na Medida Provisória nº 41, modifica a lei que trata da incidência do PIS/Pasep e da Cofins em operações de vendas de produtos. As empresas poderão deduzir o valor das duas contribuições, que incidem sobre o faturamento das empresas.

Contribuição	Alíquota	Arrecadação	Participação*
PIS/Pasep	0,65%	R\$ 11,9 bilhões	5,8%
Cofins	3%	R\$ 48,5 bilhões	23,6%

* Sobre todos os tributos administrados pela Receita Federal

Fonte: SRF

Acordo pode assegurar minirreforma tributária

Romero Jucá, vice-líder do governo, diz que, se a Câmara votar a proposta a tempo, o Senado a apreciará ainda este ano. Jefferson Péres salienta que isso só será possível com entendimento entre partidos, e Ney Suassuna considera o momento adequado para empreender uma mudança no sistema tributário.

PÁGINA 3

Emilia rejeita criação da Polícia Federal fardada

A medida provisória que cria a Polícia Federal fardada desqualifica esse serviço, na opinião da senadora Emilia Fernandes. Ela recebeu em seu gabinete representantes da Federação Nacional dos Policiais Federais.

PÁGINA 4



José Luiz

Romeu Tuma: crescimento da violência exige participação de todos os grupamentos policiais

Tuma quer guarda municipal no policiamento ostensivo

PÁGINA 4

Projeto de Carlos Bezerra combate a sonegação

Proposta do senador permite que ação penal contra quem sonega ou recolhe irregularmente tributos seja aberta antes que a administração pública decida em definitivo sobre a exigência fiscal do crédito tributário. O projeto está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PÁGINA 4



Timor Leste quer ampliar uso da língua portuguesa, que hoje só é falada habitualmente por 10% da população

Fogaça destaca escolha do Brasil para ensinar língua portuguesa em Timor Leste

PÁGINA 2

Porto e Francelino autografam no Salão do Livro de MG

PÁGINA 2

Documentos raros ilustram mostra sobre Constituições

O Senado abre no dia 22 a exposição As Constituições na História da República. A mostra inclui documentos raros e inéditos, fotografias e os originais das Constituições.

PÁGINA 2



Porto e Francelino lançam livros no Salão de Minas

No estande do Senado, os visitantes podem adquirir CD-ROMs com toda a legislação federal editada no período de 1945 a 2002

O 3º Salão do Livro de Minas Gerais recebe hoje dois senadores do estado: Francelino Pereira (PFL) e Arlindo Porto (PTB) estarão no estande do Senado para autografar obras de sua autoria, publicados pela Secretaria Especial de Edições Técnicas.

Arlindo Porto lança, às 18h, o livro *Força de Minas no Senado*, que traz discursos feitos durante o mandato sobre temas relevantes para o país e para Minas. O senador também vai distribuir textos de leis importantes, como o novo Código Civil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, além de um Manual de Obtenção de Recursos Federais por municípios.

Francelino é esperado às 19h para autografar três livros de sua



autoria: *Pedro Aleixo – Uma Visão de um Estadista da República; Milton Campos – o Reformador Social e Político; e Castelinho – O Reinventor do Jornalismo Político no Brasil*. As publicações têm por base discursos proferidos nas tribunas do Senado e da Câmara por ocasião de sessões em homenagem ao ex-governador e ex-ministro da Justiça Milton Campos, ao ex-vice-presidente Pedro Aleixo e ao jornalista Carlos Castello Branco.

A Comissão das Feiras de Livro, responsável pela participação do Senado em eventos literários por todo o país, colocou à disposição dos visitantes do estande CD-ROMs com os textos integrais da legislação federal editada entre 1945 e 2002, incluindo as Constituições e decretos do Executivo.

O outro senador por Minas Gerais, José Alencar (PL), comunicou seu interesse de visitar o estande da Casa no 3º Salão do Livro. Alencar, que é candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva, estará hoje em Belo Horizonte para compromissos de campanha e disse que espera passar pela exposição, acompanhado de Lula. O Salão do Livro fica aberto até domingo.

Senado expõe Constituições brasileiras

O Senado inaugura no dia 22 a exposição *As Constituições na História da República*. A mostra integra as comemorações dos 111 anos do Senado na República, e ficará aberta à visitação pública até o dia 30 de agosto, no espaço Senado Galeria. Com o objetivo de destacar a participação da Casa nos grandes momentos da história política da República, serão expostos documentos raros e inéditos, fotografias e os originais das Constituições.

Presidente da comissão que elabora o programa de eventos comemorativos dos 111 anos do Senado na República, o diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, lembrou o sucesso da exposição sobre os 500 anos do Descobrimento do Brasil, que recebeu mais de 40 mil alunos da rede de ensino



Ao anunciar a exposição, o diretor-geral, Agaciel da Silva Maia, destacou a participação do Senado nos grandes momentos da história brasileira

no do Distrito Federal. Ele ressaltou a importância de aumentar a interação da sociedade com o Congresso, divulgando sua história institucional.

– Fortalecendo o Legislativo, estamos fortalecendo a democracia na América Latina – disse ele.

Agaciel destacou que já se encontram na página do Senado na Internet os Anais de todas as Constituintes. Informações sobre visitas monitoradas a essa exposição poderão ser obtidas no endereço www.senado.gov.br ou pelo telefone 0800-612211.

Fogaça destaca ajuda do Brasil ao ensino de português em Timor

O senador José Fogaça (PPS-RS) informou, em entrevista à Rádio Senado, que considerou positivo o recente encontro entre os presidentes dos países que formam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorrido em Brasília, no início do mês. Fogaça elogiou a decisão, anunciada



José Fogaça elogia acordo firmado entre os oito países lusófonos

pelo presidente do Timor Leste, Xanana Gusmão, de que aquele país – que conseguiu sua independência da Indonésia recentemente – escolheu o Brasil para realizar o trabalho de ensino da língua portuguesa em Timor.

Na avaliação de Fogaça, a tarefa é relevante no sentido de resgatar Timor para o idioma que há cerca de 500 anos foi adotado naquele país e, hoje, é falado usualmente por apenas 10% da população, enquanto os demais habitantes utilizam vários dialetos. Para o senador, a decisão também é fator de estabelecimento de “uma ponta, um pé do Brasil naquela região da Ásia”.

O senador ressaltou ainda o acordo firmado, entre as nações

que têm a língua portuguesa como idioma oficial, para estabelecer a criação da cidadania única, por meio da qual os cidadãos terão trânsito livre, sem entraves burocráticos, pelos países da comunidade.

O único presidente que não assinou o acordo foi o de Moçambique. Os demais,

do Brasil, Portugal, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Timor Leste concordaram com os termos do acordo, que prevê um desenvolvimento integrado para os países membros.

– A medida possibilitará maior intercâmbio cultural entre esses países, além de promover um desenvolvimento social integrado – ressaltou.

Fogaça informou que, no contexto da CPLP, o Brasil é o país com a maior economia, maior população e o maior território. No total, considerando todos os países da nova comunidade, mais de 200 milhões de pessoas em todo o mundo falam a língua portuguesa como idioma oficial, entre as quais 87% são do Brasil.

Oitava língua mais falada no mundo

Em 1994 foi decidida a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), com o propósito de uniformizar e difundir o uso do idioma e aumentar o intercâmbio cultural entre as nações que a integram.

O mundo lusófono, que fala português, tem hoje cerca de 210 milhões de pessoas. O português, oitava língua mais falada no planeta (terceira entre as ocidentais, após o inglês e o castelhano), é a língua oficial em oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Em Macau (China) e Goa (Índia), parte da população fala a língua, pelo fato de terem sido colonizados pelos portugueses. Em Galiza (Espanha), a língua oficial, galego, possui a mesma origem do português.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

MINIRREFORMA TRIBUTÁRIA

Romero Jucá prevê que mudanças podem ser aprovadas ainda este ano

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse ontem que a chamada minirreforma tributária, em tramitação na Câmara dos Deputados, "será votada pelos senadores neste ano, desde que seja votada a tempo pelos deputados". A minirreforma está delineada na medida provisória baixada pelo presidente da República em 21 de junho, que, por ainda não ter sido votada, deverá ser prorrogada pelo Congresso, na terça-feira, por mais 60 dias. Assim, o último dia para sua vigência, caso não seja aprovada pelos deputados e senadores, será 20 de outubro.

Em resumo, a minirreforma acaba com a cumulatividade do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) pagos pelas empresas, determinando que o PIS deixará de incidir sobre o faturamento das empresas e passará a ser calculado sobre uma base menor. O texto, relatado pelo deputado Armando Monteiro (PPB-PE), recebeu um substitutivo.

Jucá, que é vice-líder do governo, disse ainda que o ministro da

Fazenda, Pedro Malan, "está disposto" a comparecer ao Senado para explicar o acordo que o Brasil está fechando com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A convocação do ministro foi feita em requerimento apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

— O governo não tem nada a esconder do acordo. A presença do ministro está dependendo apenas de ajustes na agenda e, se possível, deve coincidir com a sessão do Senado convocada para o dia 20 — explicou Jucá.

O Senado não vem realizando sessões nos 60 dias que antecedem as eleições, como autoriza a legislação.

O vice-líder do governo sustentou que o Senado não tem de aprovar o acordo com o FMI, pois tal exigência não consta de qualquer lei ou resolução. No momento, os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania discutem um projeto do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que prevê a necessidade de aval do Senado para qualquer acordo internacional firmado pelo Executivo, inclusive com o FMI.



Jucá diz que Pedro Malan está disposto a comparecer ao Senado para explicar acordo com FMI

Célio Azevedo

Crescimento das exportações reduzirá juros, diz Alcântara

O aumento das exportações e a diminuição do déficit na balança comercial brasileira permitirão ao governo baixar as taxas de juros, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele avalia que uma melhor *performance* do país no comércio exterior diminui a necessidade de financiamento externo, condição para juros menores. O problema, salientou, é que as atuais taxas impedem o aumento das exportações.

— Não se pode aumentar a exportação com o juro alto como está, com impostos em cascata e sem financiamento para o exportador.



Alcântara elogia decisão do BNDES de oferecer crédito emergencial às exportações

Célio Azevedo

Somos um país em desenvolvimento com uma carga tributária altíssima. Isso praticamente inviabiliza a atividade empresarial, inclusive a exportadora — disse. Apesar de a atividade exportadora brasileira ter crescido mais do que a média mundial — em 2001 o

Brasil teve um incremento de 6%, enquanto a média mundial caiu em 4% —, Alcântara acredita que ainda há muito a se fazer nessa área. Por isso, ele elogiou a decisão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de criar uma linha de crédito emergencial para as exportações.



Ney Suassuna vê como "uma injustiça" a cobrança de impostos sobre alimentos

Rosevelt Pinheiro

Para Suassuna, imposto em cascata é o maior problema

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a aprovação de uma minirreforma tributária ainda em 2002. Segundo ele, este é o melhor momento para se empreender uma mudança na tributação brasileira, como primeiro passo para uma reforma total nos impostos em 2003.

Suassuna considera que o excesso de tributação estimula a sonegação. Assim, quem acaba pagando os tributos são os assalariados, cujo desconto é efetuado no pagamento. O parlamentar questionou também a tributação de alimentos de primeira necessidade.

— Em 95% dos países do mundo, isso não é cobrado, mas, lamentavelmente, no Brasil se cobra o imposto sobre alimentos, o que é uma injustiça — disse.

De todos os problemas na atual carga tributária brasileira, Suassuna aponta como o pior a incidência de impostos em cascata (impostos cobrados várias vezes na escala de produção).

— Quando o cidadão planta o algodão e vende, recebe em cheque, pagando o imposto. Quem faz o tecido, paga em cheque. Paga de novo o imposto. Quem compra o tecido para fazer roupa paga em cheque. Paga de novo o imposto. Quem compra o produto final paga em cheque e paga de novo o imposto. Quer dizer, é em cascata. É um imposto aplicado inúmeras vezes, o que cria uma dificuldade, uma penalização — exemplificou.

Para Suassuna, foi a falta de empenho do governo federal nos últimos anos que emperrou as mudanças no sistema tributário nacional.

Jefferson só acredita em votação se houver acordo

Célio Azevedo



Jefferson Pères espera dificuldades para votação este ano

O senador Jefferson Pères (PDT-AM) considera pouco provável que o Congresso Nacional vote, ainda este ano, a minirreforma tributária, em tramitação na Câmara dos Deputados. Para ele, os períodos pré-eleitoral e pós-eleitoral, além dos diversos interesses conflitantes que envolvem o tema (com o governo querendo arrecadar mais e os contribuintes querendo pagar menos, por exemplo), são fatores que podem impedir a votação da matéria.

— Não considero impossível a votação, mas acho sua possibilidade bastante remota. Para que essa minirreforma acontecesse, seria necessário realizar um grande acordo de lideranças, de caráter interpartidário — observou.

É preciso também levar em conta, avalia o senador, o momento pós-eleitoral, quando vários parlamentares não-reeleitos começam a arrumar suas gavetas e não se interessam pelo trabalho legislativo.

No que se refere à crise cambial vivida atualmente pelo país, causada pela escassez de dólares, Jefferson destaca que ela deverá ser combatida não somente por medidas tomadas pelo Banco Central, mas também pela restauração da confiança da comunidade finan-

ceira e da sociedade.

— Creio que o encontro do presidente Fernando Henrique Cardoso com os candidatos à Presidência poderá surtir bons efeitos, pois das conversas devem surgir garantias, por parte dos presidentiáveis, de que não haverá nenhuma medida irresponsável na área econômica no próximo governo. Esse encontro poderá contribuir, em muito, para conter a crise — enfatizou.

JUDICIÁRIO

Jefferson afirmou ainda que considera difícil que o Senado consiga prosseguir com a votação da reforma do Judiciário este ano. Ele atribui a dificuldade também ao período eleitoral. A proposta de emenda constitucional, que tramitou por mais de dez anos na Câmara e há três se encontra no Senado, voltou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apreciação de 134 emendas recebidas em Plenário.

Arlindo Porto sugere repensar a política econômica do país

O Brasil vive hoje um momento de extrema fragilidade e que está a exigir de todos, principalmente dos candidatos nas próximas eleições, uma profunda reflexão em busca de novos caminhos, afirma o senador Arlindo Porto (PTB-MG).

Para o senador, o governo deve tomar medidas enérgicas para impedir novos ataques ao real, que não pode, a exemplo do que aconteceu recentemente, sofrer uma desvalorização, frente ao dólar, de 10% em apenas um dia.

Arlindo Porto, que já integrou o atual governo como ministro da Agricultura, critica o fato de o Brasil estar cumprindo à risca toda a cartilha do Fundo Monetário Internacional (FMI) e, ainda assim, não obter os resultados esperados na política econômica.



Porto quer retomada do crescimento e mais oportunidades de emprego

Célio Azevedo

— Conseguimos uma inflação baixa, mas também uma taxa de juros bastante elevada, queda nos investimentos e alto índice de desemprego — observa.

As incertezas na área cambial, segundo Porto, não recuaram nem mesmo diante do anúncio de um novo acordo de US\$ 30 bilhões com o FMI. Isso, diz ele, é motivo de grande preocupação não só para os candidatos, mas para toda a sociedade, que sofre as conseqüências do arrocho fiscal.

Arlindo Porto acha que a política econômica praticada no Brasil tem de ser repensada, colocando no centro de seus objetivos a retomada do crescimento econômico, a elevação das oportunidades de emprego e o bem-estar da população.

Emilia condena criação da Polícia Federal fardada

Ela considera inadequada a proposta do Executivo, que reduz exigências de qualificação profissional. Em visita à senadora, representantes da categoria criticaram a medida provisória que prevê a criação desse serviço de policiamento

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) recebeu em seu gabinete, na última segunda-feira, representantes da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef). Eles criticaram a criação de uma Polícia Federal fardada, conforme está previsto na Medida Provisória nº 51/2002. Emilia integra a comissão mista que analisará a medida e, na sua avaliação, a MP não é solução eficiente no combate à criminalidade.

Para a senadora, a proposta do Executivo desqualifica o policial federal, já que, para reduzir gastos com salários, rebaixa as exigências de escolaridade e treinamento dos cargos a serem criados. Além disso, sustenta Emilia, a redução do número de crimes exige o desenvolvimento das ati-



Redução do crime exige política séria de segurança pública, diz Emilia

vidades de investigação e informação, e não a criação de uma Polícia Federal fardada.

— É preciso desenvolver uma política de segurança pública séria, de controle e fiscalização permanente de fronteiras, portos e aeroportos, inibindo ostensivamente o tráfico e o contrabando, a partir de profissionais qualificados, valorizados e bem aparelhados — afirmou a senadora.

De acordo com a Fenapef, entidade que reúne 12 mil filiados, distribuídos em 26 sindicatos, o Fundo Nacional de Segurança Pública teve seus recursos reduzidos em 25%, de R\$ 422 milhões para R\$ 316 milhões, neste ano. Com isso, a Polícia Federal sofre com a falta de viaturas, salários atrasados e cortes em telefonia e energia elétrica.

Dessa forma, os representantes da entidade que se encontraram com a senadora afirmaram ser necessário um plano de ação para a instituição, mas discordaram da solução apresentada pelo Executivo. Segundo a entidade, deveria ser feita uma reorganização da Polícia Federal, deslocando os cerca de 40% dos policiais especializados que exercem serviços burocráticos para a realização de atividades de inteligência.

Tuma quer guarda municipal mais atuante

Com o objetivo de melhorar o combate à criminalidade, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) defende que as guardas municipais também passem a executar serviços de policiamento ostensivo e preventivo, em convênio com os governos estaduais. Atualmente,



Para Tuma, os municípios devem colaborar no policiamento ostensivo

a lei permite apenas que as guardas municipais façam policiamento de proteção de bens, serviços, instalações e logradouros públicos dos municípios.

Deputados.

Para Romeu Tuma, os municípios devem colaborar no policiamento ostensivo, principalmente os que possuem maior população.

Segundo Romeu Tuma, o recrudescimento da violência em todo o país exige a participação de todos os grupamentos policiais no combate ao crime. A PEC, já aprovada pelo Plenário do Senado, foi encaminhada para apreciação da Câmara dos

Observou que os governos estaduais não contam com alocação de recursos suficientes para atuar de forma satisfatória nos chamados fundões da periferia. Com isso — destacou Tuma — o policiamento ostensivo e preventivo nas regiões mais longínquas fica prejudicado.

O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Iris Rezende (PMDB-GO), apoiou a proposta e lembrou que o fortalecimento do policiamento municipalizado é o caminho natural para que a segurança pública seja mais eficaz nas cidades brasileiras.

Projeto contra sonegação vai a exame na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve examinar, ainda neste semestre, em decisão terminativa, projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que revoga parte de artigo da Lei nº 9.430, de 1996, relativo à representação fiscal para fins penais, junto ao Ministério Público, em crimes praticados contra a ordem tributária. A matéria tem como relator o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

O dispositivo que Bezerra quer cancelar determina que a ação penal contra quem sonega ou recolhe irregularmente tributos só pode ser aberta após a adminis-

tração pública decidir, de forma definitiva, sobre a exigência fiscal do crédito tributário.

Na justificativa, o senador argumenta que o Supremo Tribunal Federal (STF) já considerou que o processo administrativo decorrente de delito tributário

não deve prejudicar a instauração da ação penal, nem impedir a atuação do Ministério Público, que teria o dever de proceder à denúncia antes do desfecho da aná-



Bezerra: ilícito tributário é atentado contra patrimônio público

lise administrativa.

— O ilícito penal tributário é um atentado contra o patrimônio do Estado, a quem compete prover necessidades coletivas. Para o autor do delito, significa enriquecimento ilícito à custa de concorrência desleal — declarou. Com

base na decisão do STF, Bezerra observa que a discussão administrativa sobre o crédito tributário não deve influir na iniciativa do Ministério Público.

Senado tem segurança eletrônica 24 horas por dia

Jane Araújo

Já está em fase final de implantação o novo sistema de segurança eletrônica do Senado Federal. É o Circuito Fechado de Televisão (CFTV), composto por nada menos do que 140 câmaras, que durante 24 horas monitoram as dependências



Clayton Zanloreni: 140 câmaras monitoram dependências da Casa

internas da Casa e áreas externas próximas ao edifício do Congresso Nacional.

Todas as imagens são transmitidas para uma central, formada por 12 monitores. É ali que operadores, da Subsecretaria de Segurança Legislativa, distribuídos em três turnos, acompanham o trânsito de pessoas dentro e fora das dependências do Senado, que chega a receber cerca de 1.600 pessoas em dias de muito movimento.

O sistema de última geração, usado nos parlamentos de países como Estados Unidos e Canadá, permite visualizar qualquer atitude suspeita dentro e nas proximidades do Senado. Assim é possível detectar a tempo indivíduos que possam trazer ameaça à segurança.

De acordo com o diretor da Subsecretaria de Segurança Legislativa, Clayton Zanloreni, os equipamentos aproximam as imagens em detalhes. O sistema chega a visualizar pequenos objetos nas mãos das pessoas.

Zanloreni observa que o sistema eletrônico representa um grande avanço para a segurança do Senado. Segundo ressaltou, o equipamento, importante instrumento para a segurança preventiva, permite que as imagens sejam usadas como registro de ocorrência, facilitando as provas policiais.

Integrado ao Circuito Fechado de Televisão — disse Zanloreni —, o Senado dispõe de uma central de sensores de presença, instalados em pontos estratégicos.

Senado nas eleições

Nas próximas eleições, cada eleitor vai escolher seus representantes em seis diferentes cargos. Dois do Poder Executivo e quatro do Poder Legis-

Faltam 51 dias para as eleições

lativo. Será escolhido o presidente da República e o seu vice, os governadores de estado, deputados federais e estaduais, e dois senadores. No Distrito Federal, os eleitores vão escolher 24 deputados distritais.

De acordo com a Lei Eleitoral, o primeiro turno ocorre sempre no primeiro domingo do mês de outubro. Em 2002, a eleição cai

no dia 6 de outubro, e será realizada das 8h às 17h. Na escolha de presidente e governador, se nenhum candidato alcançar mais de 50% dos votos válidos, é previsto um segundo turno de votações. A mesma lei prevê que o segundo turno ocorra no último domingo do mês de outubro — neste ano, no dia 27.

A eleição dos senadores também é majoritária, mas nesse caso são eleitos os mais votados, independente da porcentagem obtida.